

**As políticas culturais, a burocratização e a profissionalização do popular:
Refletindo “Mercados culturais” e as relações com o poder público na formação do
profissional da cultura.¹**

Autora: Gabriela Pimentel de Araújo
UFPE/Brasil

Palavras- chave: Políticas culturais, burocratização, profissionalização.

Resumo:

Por cultura popular, de um modo geral, se faz possível compreender as práticas, costumes e tradições dos sujeitos que fazem parte da classe trabalhadora em oposição à classe mais abastada dentro da organização social. Dito isto, a cultura popular se caracteriza por sua diversidade e dentro desse universo, existem vários grupos, conhecidos também como brinquedos populares, cada um com sua história e razão de existir. Na maioria das vezes essas manifestações tiveram origem no trabalho, na lida pelo sustento e se caracterizavam enquanto tradição, sendo passadas de uma geração para outra através da oralidade e da prática dentro de determinados locais e organizações socioculturais. Nesse sentido, a partir da hipótese de que o capitalismo e o sistema burocrático influenciam o modo como se organizam os grupos de cultura popular, a presente proposta busca refletir a categoria trabalho levando em consideração que os trabalhadores da cultura, estão se profissionalizando cada vez mais para lidar com as políticas públicas de cultura disponibilizadas pelo Estado, bem como passando a se dedicar de forma exclusiva a cuidar do processo gerencial e burocrático em relação ao desenvolvimento dos grupos. Buscando identificar no fazedor de cultura, um trabalhador que depende dos eventos públicos (por meio de editais e convocatórias) e privados para a garantia de seu sustento.

Introdução:

A cultura popular, e mais especificamente a cultura popular pernambucana se caracteriza por sua diversidade. Dentro desse universo, existem vários grupos, conhecidos também como brinquedos populares, cada um com sua história e razão de existir. Com base em algumas leituras e pesquisas para a realização do trabalho de

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

conclusão de curso no bacharelado em ciências sociais, bem como da dissertação de mestrado em antropologia, se fez possível compreender que inicialmente eles se constituíam enquanto divertimento nas horas de lazer após o trabalho, na ida ou na volta para casa e até mesmo durante o trabalho, a partir dos cantos de labor ou das batidas para quebrar o coco durante a coleta, por exemplo. Vale destacar que na maioria das vezes essas manifestações tinham origem no trabalho no campo e se caracterizavam enquanto tradição, sendo passadas de uma geração para outra a partir da oralidade e da prática dentro de determinados locais e organizações socioculturais.

Em Pernambuco, tais manifestações culturais como o coco, o afoxé e o maracatu de baque virado e de baque solto, por exemplo, conseguem participar de processos seletivos a partir de convocatórias e concursos de agremiações no nível municipal e estadual, durante os ciclos festivos, como o carnavalesco e o junino, bem como em grandes eventos consolidados na programação anual do Estado. No entanto, 2020 foi um ano onde passamos a conviver e nos relacionar a partir de novas possibilidades, tanto na vida social, quanto na vida profissional. E como estamos falando de trabalho, isso também se aplica ao universo da cultura popular.

Nesse sentido, o presente trabalho diz respeito aos processos de modificações que a prática das manifestações populares vem sofrendo ao longo dos anos em relação a aplicação das políticas públicas de cultura por parte do Estado de Pernambuco. Dito isto, para tal proposta, me deterei em questões como: i) o constante processo de modificações que os fazedores de cultura popular precisam passar e se submeter ao longo do tempo; ii) a constante busca por profissionalização e capacitação para saber como lidar com questões burocráticas e documentais, ou até mesmo iii) a contratação de serviços externos, com recursos que na maioria das vezes nem possuem.

Buscando assim, analisar e compreender a categoria trabalho, dentro do universo da cultura popular, a partir da problematização do “fazedor de cultura”, enquanto um “trabalhador da cultura.” Levando em consideração que ele se mantém a partir de suas apresentações artístico-culturais, garantindo sua renda para o ano todo, a partir dos ciclos festivos do Estado. Diante de um cenário histórico, cultural e socioeconômico, no qual, uns possuem algum tipo de renda em paralelo, buscando conciliar a vida artística com a profissional, e outros, conseguem fazer da sua vida artística, também sua vida profissional, aquilo que segundo eles seria o ideal, mas que não condiz com a realidade da grande maioria.

Quando o “brincar” se torna “trabalho”?

O presente trabalho reflexivo tem como campo três contextos distintos dentro de uma mesma perspectiva que busca compreender o processo de (re) organização e (r) existência dos grupos de cultura popular no cenário da cultura popular pernambucana.

Primeiramente, tive a oportunidade de acompanhar durante os meses de março a julho de 2016, o Grupo Bongar, um grupo de coco, formado por jovens pertencentes a um quilombo urbano, comunidade tradicional de terreiro, com mais de dez anos de formação, e observar a forma como o grupo conseguia conquistar seus espaços no cenário cultural da cidade, do estado, do país e do exterior. A partir de sua inserção no mercado cultural a partir de sua projeção no cenário da cultura popular pernambucana por meio de uma relação de profissionalização para com as políticas públicas de cultura, mais especificamente com o Funcultura/PE.

Em seguida, acompanhei ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019 o Afoxé Ará Omim, formado por irmãos de axé em um terreiro de candomblé, seus oito anos de formação e a busca por profissionalização por parte do diretor do grupo, bem como sua capacidade de agência em buscar se capacitar, em relação a como lidar com os editais, a burocratização do Estado e a organização de toda uma documentação, cujo objetivo consiste em viabilizar a inserção do grupo em espaços de visibilidade. Utilizando-se principalmente dos editais de convocatórias, premiação e do próprio Funcultura/PE.

Por fim, no decorrer dos últimos meses de 2020, a partir de minha experiência em campo com os grupos de cultura popular, e o exercício de análise acerca da relação deles diretamente com a aplicação das políticas públicas de cultura em Pernambuco, participei como parecerista do Edital da Lei Aldir Blanc em Olinda, onde pude acompanhar as demandas dos fazedores de cultura, e a situação deles enquanto profissionais e trabalhadores dessa área com a ausência das festividades culturais devido ao contexto de pandemia do Covid-19.

A partir desses campos, no qual me inseri como pesquisadora, como brincante, bem como parecerista, pude observar as demandas e as necessidades da classe da cultura popular, e consegui desenvolver o objeto do presente trabalho. Identificando na prática o processo de profissionalização do popular por meio das adaptações dos grupos para pleitear as oportunidades por parte da aplicação das políticas públicas de cultura.

Levando em consideração que seu lugar de prática e origem tradicional precisam passar por constantes modificações no modo de se organizar, passando a lidar com questões como a burocracia, a competição e as exigências que eles precisam aprender para poder se submeter aos processos seletivos.

De um modo geral, os fazedores de cultura popular se caracterizam em sua maioria, por mestres e mestras da cultura popular, que aprendem, ensinam e repassam sua tradição de uma geração para outra através da oralidade, da prática, da manutenção e preservação de seu brinqueado. Não se preocupando em produzir documentações, registros, comprovações ou preencher qualquer tipo de formulário complexo. Uma vez que, esses mestres já com uma certa idade, nem todos são alfabetizados, e ainda que sejam, não dominam as novas tecnologias como internet, computador e impressora.

Enfim, eles precisam assumir ou capacitar alguns de seus brincantes para desenvolver o papel de profissional da cultura para garantir a manutenção e continuidade de seu grupo, bem como viabilizar renda. É nessa perspectiva, que aquilo que era divertimento, passa a ser uma responsabilidade que demanda recurso financeiro, organização burocrática e conhecimento técnico.

Burocratização X Profissionalização: O trabalhador da cultura e os desafios de uma organização formal.

Para Achilles Silveira Neto, 2017, se faz possível compreender que o processo de profissionalização de artistas populares se constitui a partir de relações de movimentos assumidos pelas manifestações compreendidas como tradicionais a partir do encontro entre interações mutuas cujo objetivo consiste na articulação entre suas mediações e os mercados. Segundo ele, este processo é multidimensional e não possui uma estrutura fixa que se repita em diferentes casos, sendo, portanto, heterogêneo em sua gênese e também em sua forma. (Silveira Neto, 2017).

Nesse sentido, ao longo do processo de pesquisa de campo, de convivência, observação, conversas com os brincantes de cultura popular se fez possível perceber que a profissionalização resulta das exigências burocráticas impostas pela gestão pública ao

disponibilizar recursos para a manutenção e apresentação dos grupos. Dito isto, buscar por capacitação, aprender técnicas e ferramentas mais elaboradas para gerenciar os grupos de cultura popular passa a ser um caminho para a profissionalização e a conquista de espaços no contexto burocrático da gestão pública para com os brincantes da cultura popular.

A partir daí, o brincante passa a assumir um papel de trabalhador da cultura e passa a lidar com os desafios de uma organização formal, como por exemplo, passando a ser uma pessoa jurídica, por meio da criação de um CNPJ em busca da possibilidade de emitir nota fiscal e pleitear um maior número de recursos financeiros para o grupo. No entanto, a ação de uma organização formal, documentação, comprovações, requer um investimento técnico e financeiro que algumas vezes não faz parte da realidade dos fazedores de cultura responsáveis por seus grupos. Nesse sentido, a presente reflexão, tem como base para a problematização casos de grupos que conseguiram se organizar e ocupar espaços no cenário e no mercado cultural pernambucano a partir das políticas públicas de cultura e da organização formal dos grupos e a capacitação técnica de seus responsáveis.

Dito isto, a ação de produzir cultura ou trabalhar com cultura popular está mais relacionado com a promoção de diversão e lazer, e não com algo essencial, de manutenção e valor sociocultural e econômico. Como define Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), a seguir:

“Estes agentes produtores de manifestações culturais nos meios populares não costumavam associar o que faziam a um trabalho, a uma atividade profissional, considerando-as parte das atividades que definem como integrantes da boêmia. Embora muitos retirassem destas atividades parte ou a totalidade dos recursos para seu sustento, elas não são definidas a partir do conceito de trabalho, até porque muitos exerciam atividades ou profissões paralelas.” (ALBUQUERQUE, Júnior, 2013, P. 192)

Enfim, refletir acerca da profissionalização do popular e do trabalhador da cultura permite conhecer e perceber melhor o cenário cultural do Estado. Compreender que o espaço existe, mas que para se fazer presente na programação de um evento festivo local, os grupos interessados precisam de submeter a processos seletivos e comprovar por meio de documentações não apenas sua qualidade importância artístico-cultural, mas sua capacidade de emitir nota e prestar contas perante ao sistema

socioeconômico. O que levanta outras questões, como por exemplo a desigualdade de oportunidades entre grupos de cultura popular no que diz respeito a documentações e comprovações de cachês.

Considerações finais:

Enfim, esse breve e sumário trabalho buscou muito mais refletir os espaços conquistados pelos grupos de cultura popular enquanto mercados a partir da relação de alguns grupos de cultura popular com a aplicação de políticas públicas de cultura em Pernambuco.

A partir desse exercício de reflexão pude perceber que mais do que uma vontade dos responsáveis pelos grupos – a profissionalização, a sofisticação e a qualidade técnica e artística dos grupos de cultura popular, corresponde mais a uma exigência do mercado, enquanto sistema.

Uma vez que é a partir de todo um investimento técnico e intelectual, isto é, a aplicação de uma tecnologia social e um elevado nível de produção, atuando nas mais diversas áreas responsáveis por viabilizarem o crescimento dos grupos como: design, fotografia, criação de texto, figurino, para que promovam seus shows e produtos com uma estética compatível com as exigências deste grande mercado cultural.

A maioria dos recursos dos produtos dos grupos foram conquistados através de políticas públicas por meio de convocatórias, prêmios e editais. E nesse sentido, se faz possível perceber que as mudanças e adaptações pelas quais os grupos precisam passar no que diz respeito a organização burocrática, não modificaram o principal objetivo dos grupos que é o de difundir e valorizar a sua tradição, mas os ajudaram nesse processo.

Referências bibliográficas:

ALVES, Marileide. (2007) Nação Xambá: do terreiro aos palcos. Olinda: Editora do autor.

ARANTES, Antonio Augusto. (1ª edição 1981) O que é cultura popular. São Paulo: Editora Brasiliense (3ª edição).

ARAÚJO, Alceu Maynard. (2007) Cultura popular brasileira. São Paulo: Editora Martins Fontes (2ª edição).

ARAÚJO, Gabriela Pimentel de. (2017) O espaço da Cultura popular no mercado cultural – Análise do processo de profissionalização do coco através do Grupo Bongar. Recife: Monografia – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, Ciências Sociais.

ARAÚJO, Gabriela Pimentel de. (2019) O Afoxé Ará Omim e sua relação com as políticas públicas de cultura em Pernambuco. Recife: Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Antropologia.

AZEVEDO, Helena. (2011) Políticas Públicas – Preservação de manifestações culturais: O papel social da Fundarpe. Recife: Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Ciência da Informação.

BARROS, José Márcio; JÚNIOR, José de Oliveira. Org. (2011) Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural. Belo Horizonte: Observatório da diversidade cultural.

BURKE. Peter. (2010) Cultura popular na idade moderna: Europa 1500-1800; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras.

CANCLINI, Néstor Garcia. (1982) As culturas populares no capitalismo. São Paulo. Editora Brasiliense.

CARVALHO, José Jorge de. (2010) Espetacularização e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. Recife. Revista Antropológicas, vol.21 (1).

CATENACCI, Vivian. (2001) Cultura popular entre a tradição e a transformação – São Paulo em perspectiva 15 (2). COELHO, Teixeira. (1997) Dicionário crítico de política cultural cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras.

COELHO, Teixeira. (1997) Dicionário crítico de política cultural cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras.

CHAUI, Marilena. (1995) Cultura política e política cultural – Estudos avançados 9 (23).

DURAND, José Carlos Garcia. (1996) Profissionalizar a administração da cultura – RAE – Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 36, nº2.

ESTEVEES, Leonardo. (2016) “Cultura” e burocracia: As relações dos maracatus de baque solto com o Estado. Recife: Tese – Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado em Antropologia.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Secretaria de educação, Fundarpe. (2010) Cartilha de Co gestão Pernambuco Nação cultural 2007-2010.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Secretaria de educação, cultura e esportes/Fundarpe. (1991) Cartilha de gestão cultural pelas mãos do povo 1987-1991.

NETO, Silveira Achilles. (2017) Políticas públicas para as culturas populares e processos de profissionalização. Rio de Janeiro: Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Memória Social.

OLIVEN, Ruben George. (2001) Cultura e modernidade no Brasil – São Paulo em perspectiva 15 (2).

ORTIZ, Renato. (2008) Cultura e desenvolvimento - Políticas culturais em revista, 1 (1).

SANTOS, José Luiz dos. (2006) O que é cultura. São Paulo: Editora Brasiliense (16ª edição).

VIANNA, Hermano. (2005) Tradição da mudança: A rede das festas populares Brasileiras – Revista do patrimônio, N° 32/2005, edição sobre patrimônio imaterial e biodiversidade organizada por Manuela Carneiro da Cunha.